

ATA DA 008ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 2014  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jorge Teixeira - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin .

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Bom-dia, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos assiste pela TVAL, Rádio Digital e catarinenses que nos assistem aqui, hoje não tinha pensado em utilizar a tribuna, deputado Sargento Amauri Soares, até porque o presidente tem que resolver algumas questões internas e terei, daqui a pouco, que presidir a sessão.

Mas pedi para falar primeiro por um fato que me chama a atenção, que é notícia em Joinville, denúncia do vereador Maycon Cesar, do PPS, do partido do deputado Sandro Silva, sobre algo que eu não tinha conhecimento, pois quando fui vereador briguei pela municipalização da água de Joinville. Eu votei criando a Companhia Águas de Joinville, era vereador na época. É uma companhia

de economia mista - 99% a prefeitura tem e o outro 1% é dividido em cotas.

Mas quem é ou quem eram os quotistas, os acionistas da Águas de Joinville? Sempre foi um negócio muito fechado.

E o vereador Maycon Cesar faz um grande serviço à população de Joinville com esse pedido de informação. O vereador aprovou um pedido de informação na Câmara perguntando quem são os acionistas, os sócios da Águas de Joinville. E o Ofício n. 076/2014, da Águas de Joinville e da prefeitura de Joinville, publicado hoje no jornal *Gazeta de Joinville*, datado de dia 30 de janeiro de 2014, diz quem são os sócios da Companhia Águas de Joinville.

Atualmente a composição acionária da Águas de Joinville é a seguinte: prefeitura de Joinville com 99,81%. Segundo, prefeitura de Joinville. O segundo é a prefeitura de Joinville. E o terceiro maior sócio quem é? O prefeito Udo Dohler.

Veja, deputado Darci de Matos, o prefeito Udo Dohler é sócio da Companhia Águas de Joinville, conforme o documento explícito da própria prefeitura.

Deputado Ismael dos Santos, isso é incrível! O prefeito sanciona o aumento da água, mesmo faltando água nos bairros Itinga, Paraíso, Panagua. Agora, o joinvillense ficou sabendo que o prefeito sanciona o aumento da água, ferra não apenas o contribuinte, mas também aumenta os seus lucros.

Agora, descobri porque, nos debates da campanha eleitoral, o prefeito Udo Döhler fugia do assunto águas de Joinville, e ficava revoltado quando eu dizia que uma das minhas propostas era reduzir a taxa de esgotos para 50% e reavaliar os custos da água em Joinville. Agora, eu descobri o porquê! Porque estava mexendo no bolso dele, no lucro dele.

Deputado Jailson Lima, v.exa. foi prefeito de Rio do Sul, na época também era sócio das Companhia Águas de Joinville ou não? Deputado Silvio Dreveck, que foi prefeito de São Bento do Sul; deputado Romildo Titon, presidente desta

Casa, que foi prefeito de Campos Novos, isso é impressionante.

E o pior é que, na matéria do jornal A Gazeta de Joinville, o vereador coloca o que a Lei Orgânica do município em seu art. 55.

(Passa a ler)

"O Prefeito não poderá, desde a posse, sob pena de perda do cargo:

I - firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer à cláusula uniforme;

II - aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível "ad nutum", nas entidades constantes do inciso anterior, ressalvada a posse em virtude de concurso público;

III - ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo;

IV - patrocinar causas em que seja interessada qualquer das entidades já referidas;

V - ser proprietário, controlado ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada."

Ou seja, o documento do dia 30 de janeiro deste ano coloca o prefeito Udo Döhler como acionista da Companhia Águas de Joinville. Então, Ministério Público, vereadores, é preciso fazer cumprir o art. 55 da Lei Orgânica do município, tem que perder o cargo. Isso não pode.

Deputado Angela Albino, peço a v.exa. que criou a CPI das Águas que inclua Joinville também, para darmos uma olhada nisso, porque de um simples pedido de informação do vereador Marcon Cesar houve essa revelação.

Imagino como não devem estar o pessoal de Itinga, de São José de Itinga, de Araquari. Devem estar sofrendo, porque se o Udo Döhler não tem responsabilidade como prefeito de Joinville com relação à água de Araquari, agora ele passa a ter como responsabilidade, porque é sócio. Porque a Companhia Águas Joinville é que está vendendo água

para Araquari. Será que é essa a forma tão propalada de fazer gestão?

O secretário Paulinho Bornhausen disse no jornal que o Udo Döhler é um dos mais belos gestores que o Brasil hoje tem. Por favor, belo gestor? Que belo gestor! Que belo gestor esse que na sua canetada ferra o contribuinte e aumenta o seu lucro. Que belo gestor esse que como prefeito é sócio da Companhia Águas de Joinville. Água, água que é um bem natural e de sobrevivência humana.

A gestão, deputado Silvio Dreveck, que o povo apostou votando nele não é esse tipo de gestão.

Sei que quem votou no prefeito Udo Döhler está decepcionado, mas para mim não tem decepção. Quem votou no prefeito Udo Döhler deve lembrar-se de quando ele aumentou a água e de que quando todas às vezes que ele aumentar a água e de quando chegar essa taxa de 80% de esgoto para pagar, que não sei de onde vem, mas agora sei para onde vai, para o bolso do Udo, parte vai, porque ele é acionista. E a matéria no jornal diz que pelo contrato 25% do lucro da empresa são distribuídos entre os acionistas.

Como diria o Boris Casoy: "Isso é uma vergonha! Isso é uma palhaçada!"

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu hoje vou falar a maior parte do tempo sobre uma escola estadual que visitamos nesta semana, mas não posso deixar de dar continuidade ao pronunciamento do deputado Kennedy Nunes.

Quero reafirmar, deputado, que foi por isso que v.exa. subscreveu o nosso pedido de CPI sobre o processo de municipalização e privatização de água e saneamento em Santa Catarina.

Água é um bem essencial à vida, é um bem inestimável e desperta cobiça aonde quer que se vá. Portanto, lamento que por coincidência o

integrante do PSD, o seu partido, deputado Maurício Eskudlark, provocou uma reviravolta na CPI, e no final vamos investigar o que todo mundo já sabe, que é a imensa fraude nas Águas de Palhoça. Nem assim conseguimos instalar a CPI que desde agosto tramita nesta Casa. Então, há mais de seis meses.

Fico feliz por ver a mudança de posição do PSD que primeiro assinou a CPI, depois contribuiu pelo naufrágio da CPI e agora diz: "Olha, o tempo é o senhor da razão."

A CPI tem que investigar o conjunto da municipalização e privatização de água e saneamento em Santa Catarina, que é vergonhoso. Não na forma que nós dizemos, mas na forma que o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina diz, que a interrupção do contrato com a Casan seguido de contrato sem licitação e renovação desses contratos contrários ao interesse público, principalmente em de Capivari de Baixo, município vizinho de Palhoça, que arrecada a água e saneamento e o dinheiro arrecadado vai para o cofre-geral do município, vai para folha de pagamento, ou seja, nunca mudaremos a situação de água e saneamento nesses municípios.

Fico muito feliz em ver essa mudança de posicionamento. E tenho a convicção de que assim que a nossa CPI for instalada e os trabalhos iniciados vamos dar mostra para esta Casa que é preciso investigar o conjunto desse desmonte que aconteceu com a Casan e que é parte da falta de planejamento que assolou o estado, em particular o litoral catarinense, que nos deixou sem água, competência da Casan, e sem luz, competência da Celesc.

Mas inicio o pronunciamento de hoje tratando da questão que envolveu uma das escolas estaduais na região de Florianópolis. Fomos convocados por pais, mães e professores da escola pedindo a nossa intervenção em relação às condições onde os alunos estão tendo aulas e do atraso das obras da nova escola, ali no Rio Tavares, cuja promessa de conclusão era para 2012.

Há um cartaz enorme que diz: "Pacto por Santa Catarina - Inauguração em outubro de 2012" E alguém foi lá, apagou e deixou apenas "Pacto por Santa Catarina", bem grande, e apagou a data de inauguração. As crianças estão sem aula até agora, porque os professores interditaram a escola. Há alunos naquela unidade com deficiência que não conseguem ir ao banheiro, cadeirantes, pois como estavam construindo a nova escola não se fez nenhuma adequação na escola antiga.

Então, "Pacto por Santa Catarina", o "Pacto da Educação" é um imenso cartaz. É uma gigantesca campanha publicitária, mas a parte da conclusão é apagada. Passaram uma tinta branca e torcem para que o povo não note isso.

Quero compartilhar com vocês a matéria da TVAL, desde já agradecendo a diligência dos seus profissionais que estiveram lá presentes, mostrando a situação daquela escola.

Solicito à assessoria que exiba o vídeo.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Eu trouxe essa matéria e agradeço à TVAL, para mostrar com imagem a situação das escolas e, mais do que isso, tratar isso como um exemplo que ilustra a tese.

Temos uma campanha publicitária extraordinária, belíssima, comovente, no estado de Santa Catarina, sobre saúde, sobre educação e sobre segurança. Mas é perceptível que o povo catarinense não vê dessa forma.

Ainda ontem vimos uma reunião de emergência, mobilizada por deputados da base do governo, que atuam no oeste do estado, em torno da violência que tem em particular na região do nosso município. E ontem mesmo a deputada Luciane Carminatti mostrou aqui as escolas que dizem que foram reformadas e ninguém consegue dizer aonde é que foram reformadas essas escolas. E quanto às milhares de obras anunciadas, verificamos junto ao Tribunal de Contas que até troca de lâmpadas foi contada como obra.

Temos visto aqui a sucessão de algumas defesas que o mundo concreto desautoriza tomar como verdade.

Essas crianças estão sem aula, assim como estão sem aula várias crianças no centro de Florianópolis, porque tiveram as suas escolas fechadas, como a Escola Antonieta de Barros, como o Colégio Celso Ramos, como a Escola Jurema Cavallazzi. Foram sete escolas só no núcleo do centro da cidade que foram fechadas e que atendiam aos jovens. E aí quando vemos crescer os índices de violência precisamos cruzar com a informação que as escolas que atendem às periferias da nossa cidade, em especial às regiões empobrecidas estão fechadas. É óbvio que os alunos das escolas estaduais do centro de Florianópolis não são os filhos da beira-mar, não são os filhos das regiões caras da cidade, são os filhos dos morros. E nós expulsamos os jovens das suas escolas na hora em que este governo Raimundo Colombo fechou as escolas no centro de Florianópolis.

Agora vemos que ele sequer cumpriu a promessa dentro do enorme cartaz de Pacto pela Educação. O prazo de entrega no ano passado lembra-me aqui o deputado Sargento Amauri Soares que há dois anos já tratava desse assunto. E é preciso dizer que a primeira ação que a secretaria de estado da Educação teve sobre esse assunto foi mandar lá alguns gerentes para ameaçar os professores e professoras para que não levassem o assunto à publicidade, para a imprensa e ao conhecimento dos catarinenses.

A solução infelizmente caminha para vir tardiamente. A solução veio em forma de intimidação, ou seja, vão deixar mais quieto para não dar problema.

Esse povo se reuniu com os professores, pais, mães e alunos e está conseguindo a promessa para o dia 20 de março a conclusão das obras. E será só em abril o início das aulas.

A responsabilidade é do Executivo, mas é nossa também como parlamentares a cobrança e não permitirmos que esse estado de coisas continuem.

Aguardo, deputado Kennedy Nunes, a sua movimentação para ampliarmos a CPI das Águas.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, presidente. Cumprimento v.exa. e os demais deputados e deputadas, quem nos acompanha pela TVAL.

Parabenizo a deputada Angela Albino pela denúncia que traz sobre as escolas.

Estive lá há três anos e alguns meses e a situação não melhorou de lá para cá. Estive no colégio do Rio Tavares e fiz a denúncia aqui, no final de 2010. E ainda não conseguiram colocar esse colégio para trabalhar, com tanta obra, com tanto PAC e com tanto pacto.

Queria fazer referência às questões de segurança pública e referi-me aqui, nesta semana, às condições de trabalho dos policiais e bombeiros que prestam serviços nos grandes eventos, especificamente agora nesse do congresso da Fifa, aqui em Florianópolis.

Muitos fazem uma grande festa, muitos ou alguns ganham muito dinheiro, e a estrutura daqueles que vão trabalhar para garantir a segurança nunca é pensada com uma logística necessária e com as condições que o trabalhador tem direito em termos de dignidade.

Por isso, também temos a greve no Hospital de Caridade, em Florianópolis, justamente porque os trabalhadores são aviltados com condições de trabalho indignantes, condição de alimentação indignante, com assédio moral, como foi citado. E essa questão passa a ser para eles, para a sua dignidade, mais importante do que a própria questão salarial, embora o salário deles esteja para lá do piso do piso, do piso.

Então, é preciso discutir tudo isso. Inclusive o uso de recursos do SUS que não tem fiscalização devida nesses hospitais, especialmente no Hospital de Caridade, que é o maior hospital não público do estado de Santa Catarina.

A informação que se tem é que esse hospital recebe R\$ 1 milhão do SUS todo mês, para fazer determinada quantidade de serviços pelo SUS, e os

trabalhadores estão denunciando que fazem apenas um terço daquilo que contratam com o ministério da Saúde. Então isso também precisa ser fiscalizado.

Nas questões da segurança pública, quero fazer referência ao debate que precisamos valorizar de forma igual todas as regiões, é verdade, e é preciso. Agora, faltam efetivos em todas as regiões do estado. E criar batalhão é importante, mas tem que haver efetivo para se criar batalhão. Um batalhão para ser composto precisa no mínimo de 120 policiais militares ou bombeiros militares, senão se torna ridículo criar um batalhão, criar uma cabeça, uma estrutura grande, sem o efetivo. Nós temos batalhão em Santa Catarina com efetivo de pelotão no sul do estado, e companhia com efetivo de grupo policial militar. Então, também não resolve, pelo contrário, cria uma estrutura administrativa maior e acaba tirando policiais militares e bombeiros da função.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Primeiramente parabenizo v.exa. pelo tema. E quero dizer que concordo com a sua tese que precisamos do policial na rua prestando segurança à população.

Quero parabenizar também o encontro, parece que capitaneado pelo deputado Gelson Merisio, ontem, com o secretário de Segurança Pública, pela situação específica da cidade de Chapecó.

Vi nas matérias de jornal hoje que está sendo criada uma força-tarefa-policial para Chapecó. Nós temos que analisar o oeste não somente como Chapecó. É importante Chapecó para o estado catarinense, para o país, é importante. Mas agora criar uma força-tarefa no município de Chapecó? Para onde esses vândalos vão se deslocar? Para os municípios pequenos que estão em torno de Chapecó. E hoje já temos problemas pontuais em municípios com menos de dois mil habitantes, porque não temos policiais para dar segurança para a população.

No distrito de Linha Juvêncio, citei como exemplo ontem, em questão de uma semana foram dois

furtos em residências, e furtos à mão armada. Então, isso preocupa muito, porque não temos estrutura lá, e agora vamos fechar o círculo em Chapecó. Como ficam os municípios que estão em torno de Chapecó? São Lourenço é problema; em São Miguel D'Oeste falta policial; na minha Cunha Porã, onde resido, falta policial; Maravilha está fazendo movimento para que tenha mais policiais para dar segurança.

Então, é muito preocupante o quadro, e quero concordar com v.exa. que só existe uma solução, aumentar o efetivo para aí sim dar condições para que o cidadão que está nos pequenos municípios possa se sentir seguro, e não somente ele como também o seu patrimônio.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Mauro de Nadal, pelo seu posicionamento. Fico feliz pelo aparte que concedi, pois temos a mesma opinião a respeito dessa questão.

Tem que atacar no geral, no conjunto, não resolver problema específico de uma cidade, que é necessário, mas também podem acontecer esses movimentos em períodos pré-eleitorais, o que não resolve a situação. O que é preciso é uma reestruturação geral da segurança pública.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Sr. deputado, quero da mesma forma comungar com o seu pensamento, não é contraditório, com o entendimento que temos.

Apresentamos um projeto de lei que prevê três guarnições especiais, porque a lei de organização da Polícia Militar prevê no mínimo 200 mil habitantes para termos um batalhão. Por isso, estamos pedindo, no projeto de lei, guarnição com um pelotão de cem efetivos. Então, não adianta criar uma estrutura, se não tiver policiais na rua. Esse é o desafio.

É importante que se diga também que é bom que algumas regiões tenham mais estrutura. Mas tenho

certeza de que se fizermos uma enquete em todo estado, provavelmente o povo de Blumenau, do alto vale, vamos ver que há falta de efetivo.

A deputada Ana Paula Lima várias vezes veio a esta tribuna falar sobre o problema da insegurança; os deputados do sul do estado têm falado sobre o mesmo problema; e no oeste do nosso estado está havendo um movimento, deputado Sargento Amauri Soares, a partir da Câmara de Vereadores de Nova Erechim, de Caxambu e de Guatambu, todo esse entorno de Chapecó, no sentido de discutir mais efetivos.

O nosso oeste é a única região do estado que tem um território com 41 municípios. E queremos diminuir esse território, precisamos diminuir, porque não é justo que tenhamos um batalhão, mesmo que seja com pequena estrutura. Temos que lutar para aumentar o efetivo. Acho que são lutas que se ajustam, que se ajudam.

Quero dizer também que sou contra a ideia de megaoperações, porque fazer propaganda e fazer uma operação pontual não resolve o problema da segurança pública. Temos que ter uma política articulada, planejada, contínua, permanente, com estratégia combinada, inclusive civil, militar, rodoviária, discutida com os conselhos de segurança dos nossos municípios e com ações mais efetivas. Então, provavelmente teríamos que fazer um debate com os parlamentares do oeste para discutir nossos olhares com relação a isso, senão, vamos tomar todo seu tempo, deputado.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Para registrar uma informação que chegou há poucos minutos da nossa assessoria: em Nova Erechim, em uma semana, houve oito assaltos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Agradeço o aparte de v.exa.

Nova Erechim é uma cidade não muito grande, uma cidade bonita, evidentemente, mas oito

assaltos é mais ou menos a proporção de assaltos nos bairros mais populosos da Grande Florianópolis ou de Joinville. Concordo que o problema no oeste é grave, mas não estamos em situação muito melhor na maioria do território catarinense. Então, precisamos fazer esse debate.

Precisamos registrar que está havendo contratação de efetivo e que essa política precisa ser continuada para os próximos dez anos, vinte anos.

O governo Raimundo Colombo tem determinado a contratação de efetivo. Mas essa política precisa ser continuada, já que estamos no debate da segurança pública. E a verdade precisa ser dita, pois por muitos anos as estruturas de segurança foram incapazes para contratar a quantidade de gente que o governo autorizou. Foram 20 anos de sucateamento da segurança pública, de não contratação de efetivo e que levou a essa situação que está.

É preciso que os partidos políticos que compõem o atual governo, que os partidos que vão disputar o governo no final deste ano para os próximos quatro anos, estejam conscientes de que é preciso, ao longo de no mínimo dez anos consecutivos, contratar pelo menos mil policiais militares por ano, além de bombeiros militares, policiais civis e servidores do IGP.

Todas as estruturas de segurança pública do nosso estado estão sucateadas. Repito, foram 20 anos de abandono do serviço público, de restrição de recursos para financiar e fortalecer o serviço público. Passamos e ainda estamos passando pela lógica neoliberal, e mal chamada, porque de neo não tem nada, de restringir recursos para os serviços públicos. E é por isso que a situação de segurança chegou a essa condição que está. Precisa-se inverter esse quadro, se quisermos efetivamente mudar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença nesta Casa, visitando a Assembleia Legislativa e tratando de assuntos de interesse do município de São Lourenço do Oeste, o vereador Edu Borges.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Seja bem-vindo a esta Casa, vereador Edu Borges.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sandro Silva, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O deputado Sandro Silva é um nobre representante não só de Joinville, mas também da zona sul de Joinville, Paranaguamirim.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, sempre fico muito honrado quando v.exa. lembra que fui morador da zona sul de Joinville, nasci lá, moro há 38 anos lá, e realmente é uma região onde a cidade é muito viva.

Sr. presidente, quero voltar a falar no assunto que tratei aqui, na semana passada, sobre o Hospital Municipal São José. Eu liguei agora pela manhã para funcionários do hospital, porque na semana passada falamos que os funcionários fariam uma paralisação. Eles fizeram uma paralisação durante duas horas na semana passada e vêm fazendo reuniões sistemáticas, todos os dias, para discutir essa questão da quantidade excessiva de pacientes que o Hospital São José está tendo.

E foi me falado, sr. presidente, que a sala de medicação, que é uma sala exclusiva para medicar, está servindo como uma sala de internação. É uma sala por onde as pessoas passam, são medicadas e saem. Hoje, o que acontece? Na semana passada havia 59 pessoas na sala de medicação, e hoje temos 45 pessoas internadas naquela sala. Na verdade, lá está tudo misturado, porque há pacientes internados, pessoas que estão entrando em internação e pessoas sendo medicadas, todas, na mesma sala.

Então, realmente, a situação da superlotação do Hospital São José ainda está complicada. Os servidores estão fazendo o que falaram que iam fazer, atender apenas a seis pacientes durante o dia, para que a qualidade do atendimento seja apropriada para cada caso.

Então, da semana passada para cá, houve um acordo entre o Hospital São José e o Hospital Regional, para que duas salas do Hospital Regional fossem utilizadas pelo Hospital São José nas cirurgias, mas por problemas estruturais essas salas não foram utilizadas.

Então, torcemos para que o prefeito Udo Döhler e o diretor do Hospital São José consigam, num curto prazo e com a máxima urgência, fazer com que essa superlotação do Hospital São José seja resolvida, agora que já veio chuva. A culpa era da falta de água, a culpa da superlotação era do calor, essa era a desculpa que se dava antes. Agora, com chuva, com água em abundância, o calor não sendo tão excessivo na cidade, que o Hospital São José consiga melhorar o atendimento aos pacientes que vão à busca do mesmo.

Outra questão que me preocupa também, com relação a Joinville, deputado Kennedy Nunes, v.exa. que também é de lá, e com certeza muitas mães e pais estão procurando por v.exa., como também estão nos procurando, bem como os deputados Nilson Gonçalves e Darci de Matos, é a questão das vagas nos CIS. Várias famílias têm nos procurado porque não estão encontrando vagas nos CIS.

Nós temos alguns CIS em construção, uns estão desde o ano passado em construção, o ano inteiro em construção, e não conseguiram terminar. As mães precisam trabalhar, não conseguem vagas na creche para os seus filhos e não conseguem ajudar no orçamento familiar.

Nós torcemos para que em Joinville não aconteça como aconteceu em Guaramirim, ontem, em que uma mãe, deputado Dado Cherem, por não conseguir vaga na creche para o filho dela, deixou-o no gabinete para que o prefeito cuidasse.

Realmente é algo grave. As famílias precisam ter creche para deixar os filhos; a prefeitura

precisa acompanhar o crescimento da população que é acelerado, por meio da construção de CEIS, qualidade da saúde, ambulatórios e assim por diante.

Quero também falar, presidente, de um projeto de lei, de minha autoria, n. 0014/2014, que obriga as empresas de transporte intermunicipal a enviar antecipadamente a lista de passageiros para a Polícia Civil e Militar. Mas que tipo de lista de passageiros? Isso se refere a um projeto ligado a torcidas organizadas em viagens para outras cidades. Primeiro, o projeto exige que as empresa tenha a lista de passageiros e envie à Polícia Militar e Civil para que essas instituições verifiquem se na lista existe algum passageiro já envolvido em confusões anteriores em brigas de torcidas. Segundo, a empresa é obrigada a informar o itinerário às Polícias Militar e Civil para que possam planejar na escolta dos torcedores.

Por que fizemos esse projeto? Porque em muitos casos, já fui testemunha assistindo a jogos de futebol, as torcidas organizadas vão a outras cidades como visitantes, logicamente, e definem onde os ônibus param. Isso aconteceu por duas vezes, a primeira, com a torcida do Avaí, que escolheu onde deixar os seus passageiros e parou no meio da muvuca, em Joinville, entrou no estacionamento já brigando com a torcida do Joinville, atirando pedras nos carros.

Então, foi uma depredação gigantesca. Por quê? Porque não comunicaram à Polícia Militar. Assim, não houve escolta, o que é necessário para que os passageiros, a empresa, os motoristas, os funcionários cheguem com segurança até o estádio. Também aconteceu com a torcida do Figueirense, quando passaram em frente à arena de Joinville, sem escolta, e a torcida adversária começou a agredir os torcedores, a jogar pedra no ônibus, inclusive quebrou o vidro do ônibus. Além disso, o motorista sentiu-se ameaçado, e os torcedores desceram do ônibus para brigar com a torcida rival.

Então, realmente é necessário que haja disciplina na chegada das torcidas organizadas

para assistir à partida de seu time, para que cheguem com segurança no estádio e consigam ver o jogo de futebol com segurança e depois voltar para as suas casas com segurança.

Isso só se consegue realmente se houver organização e disciplina no que diz respeito ao envio da lista de passageiros e do itinerário que irá auxiliar, e muito, no planejamento da segurança daqueles que querem assistir a um jogo de futebol.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO DORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Sandro Silva, parabéns pelos assuntos de seu pronunciamento.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Logo depois será o horário do seu partido, deputado Dado Chereim, mas vejo que v.exa. abdica de usar o horário.

Como o Democratas também abdica de fazer uso da palavra, depois fará uso da palavra o deputado Silvio Dreveck, pelo Partido Progressista. E encerrando o horário fará uso da palavra o deputado Jorge Teixeira, pelo PSD.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos, no horário do PT.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, quero abordar dois assuntos neste horário. Um deles é sobre um projeto de lei que apresentei nesta Casa, mas antes de abordar sobre esse projeto, quero abordar um assunto que julgo importante, que é um programa federal que tem dado um resultado importante para a população brasileira.

Na última sexta-feira, dia 14, comemorou-se três anos do programa chamado medicamento de graça, que é um programa do governo federal, na

verdade o nome do programa é Saúde Não Tem Preço, que permite as pessoas adquirirem medicamentos nas farmácias conveniadas com 90% de desconto. Isso permitiu, no caso de Santa Catarina, a hipertensos e diabéticos, que juntos totalizam 226.260 pessoas, fossem atendidas em 1.929 farmácias populares.

Esse programa, segundo o ministério da Saúde, contabiliza mais de 19 milhões de brasileiros beneficiados com medicamentos gratuitos para asma, hipertensão e diabéticos, em 4.119 cidades brasileiras.

Eu queria fazer esse registro, sr. presidente, porque julgo importante, principalmente para aquelas pessoas que necessitam tomar o medicamento de uso contínuo e que têm dificuldades de se deslocarem para as unidades de saúde. E a partir desse programa foram credenciadas farmácias populares e também farmácias privadas. Para se ter uma ideia, são mais de 30 mil farmácias públicas ou privadas credenciadas nesse programa que tornou, além de mais acessível, possível o fornecimento desses medicamentos para quem precisa de medicamentos de uso contínuo.

É um programa extraordinário. E como disso o próprio ministro da Saúde, esse programa facilitou o acesso a medicamentos à população que tinha dificuldades de se deslocar. E com o programa A Saúde Não Tem Preço essas farmácias perto das casas, em horários alternados, atendem melhor.

Queria fazer o registro de que 19 milhões de pessoas, em três anos, realmente é um contingente muito grande. E esperamos que esse programa seja aperfeiçoado para que mais medicamentos sejam oferecidos e que também outros pacientes que precisam de medicação de uso contínuo ao longo do tempo o governo também possa ampliar essa lista e permitir a todos aqueles que precisam desses medicamentos acesso a esse programa.

O segundo assunto que gostaria de abordar é um projeto que apresentei nesta Casa dispendo sobre a cobrança mínima de tarifa de água em Santa Catarina.

Hoje é cobrada uma tarifa mínima independente do consumo, ou seja, se consumir um litro de água o consumidor vai pagar a tarifa mínima, mas se consumir dois ou três litros, o consumidor vai pagar também a tarifa mínima. Até uma determinada metragem, independente de consumir mais ou menos, o consumidor paga a tarifa mínima, o que se transforma numa questão injusta, além do que faz com que o consumo de água seja maior. Afinal de contas se já vai se pagar mesmo a tarifa mínima que engloba uma determinada metragem de água, não há sentido quando se olha no aspecto econômico da economia.

Nós estamos propondo esse projeto - ressalvada a tarifa social, que é tratada de outra forma, importante e que deve ser mantida -, e estamos determinando que na fixação dos valores a serem cobrados pelo uso da água deve ser observada a metragem cúbica de cada unidade, ficando proibida a cobrança da tarifa mínima pelas concessionárias, a não ser em alguns casos de exceção em que não é possível apurar onde possa ter havido algum empecilho produzido pelo próprio consumidor. E aí nesse caso, como exceção, há essa tarifa mínima.

Essa situação parece simples, mas fundamental primeiramente para que haja justiça econômica, para as pessoas pagarem efetivamente apenas o que consumiram, e, em segundo lugar, para incentivar as pessoas a economizarem água. Estamos vivendo um momento de apreensão. Houve baixa no reservatório e assim se chamou atenção para a questão de cuidar dos recursos hídricos. Por isso, esse uso consciente e racional dos recursos hídricos, um bem tão valioso, que, com certeza, com essa medida também terá um incentivo maior.

Então, propusemos esse projeto de lei. Estamos fazemos um apelo aos srs. deputados para que possamos ter apoio. Não há nenhum custo extra para o estado. Portanto, a questão de constitucionalidade é absolutamente tranquila, porque regulamenta a forma de cobrança trazendo justiça tarifária e incentivo também para a economia da água.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, assomo a tribuna, hoje, para falar da situação em que se encontram os municípios e estados brasileiros pela falta de recursos no dia a dia. Não é de hoje que se vem agravando cada vez mais e penso que é um assunto que precisa ser debatido nas assembleias, no Congresso Nacional, entre outros temas de relevância para o Brasil.

No decorrer do ano passado, vimos manifestações, inicialmente pacíficas, que eram relativas a vários assuntos e temas. E isso despertou, chamou a atenção das lideranças políticas para que colocassem na pauta debates e tomadas de ações em favor da população que estava e continua insatisfeita com muitas atividades do setor público a exemplo da deficiência no setor rodoviário e ferroviário, nos portos, nos aeroportos, ou seja, no sistema modal brasileiro; na limitação na capacidade de produzir energia; no sistema de saúde e na segurança pública nacional.

O elevado custo Brasil que está impedindo o país de poder competir com outros países, criando barreiras em relação a produtos de outros países, não é a solução para o Brasil. Não vai ser com barreiras na área comercial, impedindo produtos de outros países, que o Brasil vai conseguir se desenvolver e aumentar a sua capacidade, o seu PIB, gerando oportunidades, principalmente na indústria brasileira. Não vai ser esse caminho, absolutamente. O que vai permitir ser um país competitivo serão os investimentos na infraestrutura, reduzindo o custo dos nossos produtos. Com isso não precisaremos criar essas barreiras, como se está criando hoje.

Eu percebo que esses temas, com raras exceções, não estão sendo debatidos pelas

lideranças políticas, estão praticamente adormecidos.

Mas voltando um pouco ao que dizia no início a respeito dessa situação caótica em que se encontram os municípios brasileiros, e não diferente os estados, pela grande concentração de recursos no governo federal e poucos recursos para os estados e menos ainda para os municípios, não se tem avançado no sentido de dar uma segurança de haver essa descentralização de recursos do governo central e que vem, automaticamente, para os estados e municípios, sem a necessidade de estar com frequência solicitando ajuda, pedindo, quase que se humilhando para conseguir recursos para os estados e para os municípios.

Nesse sentido, penso e acredito que temos lá, em Brasília, um projeto importante que está tramitando no Congresso Nacional, mais especificamente no Senado, cujo relator dessa matéria é o senador Luiz Henrique da Silveira, que é a alteração da proposta desse projeto que cria o novo indexador, deputado Kennedy Nunes, para as dívidas estaduais com a União. Infelizmente, não houve consenso na comissão de Constituição e Justiça e também na comissão de Assuntos Econômicos do Senado. É verdade! Alguma coisa no Palácio do Planalto não permitiu que o projeto fosse finalizado. Ele é importante, porque reduz, no texto dessa proposta, ou seja, tira de cena o IGP-DI, mais juros de 6% a 9% e elege o IPCA acrescido de 4% de juros como novo balizador para a correção dos débitos.

Isso, certamente, traria uma economia para os estados no pagamento dessa dívida, recursos que poderiam ser colocados em investimentos nos estados brasileiros, tanto na segurança quanto na saúde e outras atividades que os estados precisam fazer frente às demandas que a população vem reivindicando diariamente.

Então, vamos fazer um apelo aos senadores, à presidente da República, para que deem celeridade a esse projeto, porque ele é muito importante para amenizar o sofrimento dos estados brasileiros e dos municípios.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Parabéns pelo seu pronunciamento, deputado. Na verdade, os juros que Santa Catarina e outros estados estão pagando não amortizam sequer a correção monetária do capital, e havendo essa mudança no indexador teremos ou teríamos a redução do capital. E o projeto somente não foi avante por conta de uma manobra do governo que não aceitou a retirada das emendas. E por não aceitar a retirada das emendas voltou às comissões e não foi a plenário.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, que agora é TV aberta e esperamos que a Presidência, muito em breve, possa tomar providências para abriremos canal para todas as regiões do estado de Santa Catarina, isso é muito importante para os parlamentares, como a comunidade que acompanharão o trabalho, o dia a dia do Parlamento catarinense.

Quero falar aqui, neste momento, a respeito de um artigo que foi publicado hoje, no *Diário Catarinense*, que diz respeito à necessidade urgente de a classe política, sobretudo gestores, como aqueles que já foram prefeitos, pensar e agir no sentido de planejar as nossas cidades.

O grande problema das grandes cidades de Santa Catarina diz respeito à mobilidade urbana. Se você vai a Moscou há congestionamento. Em Tóquio tem horários com congestionamento, em Miami, São Paulo, Joinville e Florianópolis também. Enfim, problema da mobilidade urbana é um dos grandes problemas das cidades, como também a saúde.

Mas quero falar do grande arquiteto, político, pensador, Jorge Wilhelm. Em 65, ele teve a tarefa de fazer o plano diretor da maior cidade de Santa Catarina, Joinville. E parece-me que foi o

primeiro plano diretor do estado catarinense. E se verificarmos o conteúdo do plano diretor que Jorge Wilhelm e sua equipe escreveram e estabeleceram, percebemos que há 50 anos a preocupação dele com a mobilidade urbana, qualidade do transporte coletivo urbano, adensamento das cidades, porque Joinville tem um perímetro urbano que comporta cinco milhões de pessoas e temos 500 mil...

A cidade cresceu muito horizontalmente, tornando muito onerosa para os cofres públicos, por isso precisa crescer verticalmente. E assim o referido arquiteto já pensava, trabalhava, estudava e ensinava que tínhamos que nos preocuparmos com o planejamento das cidades e a qualidade de vida das pessoas.

Temos alguns dados que nos chamam atenção. Por exemplo, em 1950, tínhamos somente 86 cidades com uma população acima de um milhão de habitantes, no planeta. Em 2015, teremos aproximadamente 555, aproximadamente, com mais de um milhão de habitantes. Vejam a transformação, a mudança. Segundo a ONU, 50% da população do planeta mora em áreas urbanas.

Então essa é a grande tarefa, a grande bandeira, o grande desafio dos gestores públicos, da gestão pública, deputado Neodi Saretta, que infelizmente ainda está no acostamento, mas que precisa ser colocado definitivamente na pista.

A gestão pública, independente de partido, de pessoas, das esferas municipal, estadual e nacional, não está boa. Estamos devendo para a população.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Dado Cherem - Deputado Darci de Matos, inicialmente quero parabenizá-lo. Li seu artigo do jornal *Diário Catarinense* e chamou-me atenção a maneira como está sendo colocada e como v.exa. traz esse tema para o debate nesta Casa, que é hoje um dos grandes problemas de todas as cidades.

V.Exa. citou algumas metrópoles, e se formos ao interior do estado, nas cidades pequenas, hoje

temos momentos nos quais não se anda. Não se consegue andar. E isso traz ao dia a dia do cidadão, do trabalhador, da dona de casa, uma irritação constante no trânsito, uma preocupação e uma irritação que vai se transformando até numa intolerância. Em todos os dias temos que sair uma hora antes, 40 minutos antes, para fazer um trajeto que usualmente fazemos em cinco ou dez minutos. E claro que isso no dia a dia acaba se tornando um barril de pólvora em todos os sentidos.

V.Exa. nos trouxe essa preocupação, e vamos muito mais além. Acredito que em tese possa parecer um tema simples, mas acho que é um tema que vai entrar no debate presidencial. E o próximo presidente tem que estar atento às questões do transporte coletivo. Afinal de contas temos que dizer o que queremos para a nossa cidade.

Vejo que na minha cidade de Balneário Camboriú, deputado Darci de Matos, infelizmente falam que o céu é o limite. Vejam o absurdo o que está ocorrendo em Balneário Camboriú. Enquanto que o limite tem que ser nós, os cidadãos, e não o céu. Lá, prédios com 70 andares tem-se tornado uma coisa corriqueira. Então, onde você tinha uma casa com quatro pessoas e um carro, hoje você tem lá um prédio com 200 pessoas e 50 carros.

Esse é o grande desafio que v.exa. traz de forma brilhante para esse debate. E acho que tem que ser tema, sim, cada vez mais profundo de debates e não apenas no município, porque isso acaba afetando o próprio governo do estado na questão da infraestrutura, na questão de segurança.

Vejo também os problemas que tivemos na época do verão, com falta de água, de energia. Enfim, de que adianta as cidades explodirem sem qualidade, sem infraestrutura, em nome de uma pseudoqualidade de vida que não existe.

Parabéns pelo tema, eis que convivemos o dia a dia esse problema. E seria bom se debatêssemos mais e levássemos isso como proposta para as eleições seguintes.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Dado Cherem.

Vejam o absurdo, foi instituído em 2001, deputado Sargento Amauri Soares, o Estatuto das Cidades. Faz pouco mais de dez anos, 12 anos somente que foi implantado esse Estatuto das Cidades no Brasil. Mas que absurdo, que tragédia.

A preocupação com o planejamento, com as cidades, explodiu nas últimas décadas. E com a implantação do Estatuto das Cidades é que os gestores, a sociedade, os Parlamentos, deputado Neodi Saretta, começou a discutir um pouco mais, a criar conselhos, a debater com a sociedade civil organizada, com as instituições, o planejamento das nossas cidades.

Então, são muitos problemas que podemos colocar no contexto do planejamento. É como diz o deputado Dado Cherem, a questão do transporte coletivo vai entrar na agenda das eleições presidenciais. Por quê? Porque a solução, além de avenidas, viadutos, enfim, é a desoneração das tarifas, através dos insumos, sobretudo o óleo diesel, então, ou desoneramos a tarifa para que seja acessível aos trabalhadores, e com ônibus de qualidade, ou não vamos resolver o problema do transporte coletivo, nunca, jamais.

Às vezes, deputado Dado Cherem, vou pegar o gancho que v.exa. colocou e agradeço, a preocupação é somente com o crescimento, porque o norte do estado vai duplicar o seu PIB em dez anos e triplicar em 30 anos.

Deputado Dado Cherem, a cidade de Joinville poderá ultrapassar a cidade de Porto Alegre em 30 anos. Muito bem! Parabéns, vamos ter GM e BMW. Agora, qual é o nosso desafio? É transformar esse crescimento econômico, esse PIB, em qualidade de vida, e se analisarmos como gestores públicos e com interesse público, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) tem tanta importância ou mais importância do que o PIB, porque não adianta crescermos, se não distribuirmos essa renda, se não transformamos esse crescimento pujante em qualidade de vida para as pessoas.

Eu vou dar um exemplo, deputado Dado Cherem, a cidade de Joinville, deputado Kennedy Nunes, e v.exa. colocou esse dado na campanha, no estado de Santa Catarina, em algumas cidades 50% dos trabalhadores recebem menos que dois salários mínimos. Então, tem alguma coisa errada. Então, precisamos qualificar, precisamos distribuir a renda, precisamos melhorar a qualidade de vida das pessoas de Santa Catarina e do Brasil.

Portanto, eu entendo que se faz necessário, e acompanhei o Congresso da Fecam, que cita principalmente a questão do Pacto Federativo, tema que temos que tratar, mas temos que falar um pouco mais e focar na questão da necessidade urgente do planejamento urbano, do planejamento das nossas cidades.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Dado Cherem - Deputado Darci de Matos, o tema é tão relevante que volto novamente a me manifestar. No ano passado tive a oportunidade de participar de uma palestra com o dr. Paulo Cruz, emérito pós-doutor da Univali. Ele defende a tese, está levantando a bandeira, que o direito à sustentabilidade está se tornando mais importante do que o direito à liberdade, porque não adianta ter liberdade, se não temos sustentabilidade.

Que liberdade é essa? Têm-se até medo de sair de casa. Então, veja v.exa. que é um tema realmente que tem que ser discutido cada vez com mais frequência, deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Exatamente, as cidades sustentáveis, a sustentabilidade nos dá qualidade de vida, nos dá vida, e essa é a verdadeira liberdade.

Então, encerro o meu pronunciamento e agradeço ao deputado Dado Cherem. Até fazemos um apelo para que possamos concentrar todas as nossas energias, todas as nossas forças, a nossa inteligência em cima do planejamento urbano das nossas cidades, porque isso significa vida, significa qualidade de vida. Precisamos de cidades sustentáveis, cidades

com sustentabilidade, e essa é uma tarefa de todos nós.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno desta Casa, as Indicações n.s: 0048/2014, 0049/2014 e 0050/2014, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Comunica, outrossim, que defere os Requerimentos n.s: 0064/2014, 0068/2014, 0069/2014, 0070/2014, 0071/2014, 0072/2014 e 0073/2014, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Não há mais matérias na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos ao horário de Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, catarinenses que nos acompanham através dos nossos meios de comunicação, quero saudar um jovem que está visitando a Assembleia Legislativa hoje, William Cesar Rebelo, de Canelinha, que lembra nossos filhos, que estão agora na faixa dos 17, 18 ou 19 anos, naquela fase de tomar grandes decisões, quando terminam o segundo grau, ainda decidindo qual faculdade vão fazer, e certamente sentem uma angústia com todas essas interrogações. Todos nós que almejamos uma qualidade de vida melhor sabemos que essa meta está relacionada com a escolaridade, com a universidade que escolhermos, quer dizer, tem a ver com o tipo de profissão, que carreira queremos seguir. Infelizmente essa orientação não chega de forma prática para as pessoas.

Neste momento de dúvida sobre a escolha da profissão, toda faculdade é boa e é importante que tenham essa qualificação, até para se destacar socialmente, mas precisam levar em consideração se

existe mercado. Quando pensam em fazer um curso de qualificação, têm que se levar em conta qual o mercado que temos hoje.

Infelizmente, as universidades que dão os cursos, que vendem os cursos, não se preocupam, não divulgam, não orientam a sociedade, eles não têm essa responsabilidade de garantir que as pessoas que fazem curso lá, ao terminarem, saiam empregadas, bem empregadas, e que com aquela renda que eles têm possam se sustentar e sustentar os seus dependentes.

De forma que a visita do William Rebelo me suscitou este tema, um tema importante justamente porque agora todas as universidades estão começando o seu período letivo, os acadêmicos estão iniciando as suas atividades, aqueles que fizeram vestibular, que entraram pelo Enem, pela média escolar, estão começando a sua faculdade e vislumbrando que, com o curso escolhido, possam ter uma qualidade de vida melhor.

E justamente esse é o grande objetivo, nós precisamos considerar que, quando vamos estudar, o fazemos para poder competir, para poder concorrer no dia a dia da nossa vida social. Então, é importante considerar este fato na hora de escolher o curso.

Infelizmente, nós temos uma imensidão de cursos que são vendidos pelas universidades e, na hora em que se inscrevem, os alunos pensam muito mais no sonho do que no mercado. Muitas vezes, ao terminar o curso, depois de ter pago quatro ou cinco anos a faculdade, de ter passado um trabalho danado para se formar, ao concluir a faculdade ele entra numa fila interminável de pessoas pedindo emprego num mercado de trabalho que é deficiente.

Por exemplo, fonoaudiólogos. É importante a profissão, mas formam-se mais profissionais do que o mercado pode absorver. Não há lugar para os milhares que se formam todos os anos no Brasil e em Santa Catarina nesse mercado de trabalho.

As faculdades formam mais de 500 profissionais todos os anos. Depois, eles ficam numa fila pedindo emprego porque não existe mercado para tanto fonoaudiólogo.

Não existe mercado, por exemplo, para tantos jornalistas que formam as faculdades. A atividade jornalística é importante, é indispensável; hoje a comunicação é importantíssima. Cada um de nós usufrui dos meios de comunicação, precisamos dos jornalistas, mas a quantidade de profissionais que são colocados no mercado de trabalho seguramente acaba deixando descontentes aquelas pessoas que se esforçaram muito para fazer aquela faculdade, pois ficam impedidos de ganhar um valor digno pelo seu trabalho.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Serafim Venzon, o tema que v.exa. aborda perante esta tribuna é extremamente pertinente.

No ano passado nós tivemos a oportunidade de abrir um debate, aqui nesta Casa, um fórum de debate, onde participaram as três grandes federações das indústrias do sul do Brasil, a Fiep, do estado do Paraná, a Fiesc, de Santa Catarina, e a Fierg, do Rio Grande do Sul, buscando com isso uma pesquisa e um banco de dados, diagnosticando as potencialidades, as autonomias e as vocações de cada região, para diagnosticar a forma como estabeleceu o sistema modal e intermodal e, ao mesmo tempo, concomitante a isso, integrar as universidades públicas e privadas, desses três estados, para fazer um diagnóstico preciso das demandas reprimidas e a vocação de cada região. Dentro de um planejamento macro, do sul do Brasil, integrado aos três estados, justamente nesta vertente que v.exa. coloca. Porque de repente você cria uma demanda muito grande, que acaba ficando profissionais ociosos num determinado segmento e em outro fica extremamente defasado.

Por essa razão, penso que o tema é oportuno, atual e precisa ser exercido na prática. Esse investimento feito por essas três federações, dentro dessa ação integrada, vai com certeza dar um norte para evitar justamente aquilo que v.exa. vem comentando e é uma preocupação de todos nós.

Apesar de que Santa Catarina só perde para Cingapura, são 3% de desempregados em todo o estado. É uma referência em nível de Brasil e até mesmo de planeta. Mas precisamos aprimorar e aproximar ainda mais essa questão para dar oportunidade e dignidade às pessoas.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado Valmir Comin, com certeza aplicando esse projeto que v.exa. coloca, a universidade passa a ser um instrumento real de desenvolvimento social e econômico. Quer dizer, é isso que queremos que a universidade tenha, ela não pode apenas almejar, formar pessoas e não ter nenhuma outra responsabilidade.

A universidade tem, sim, uma grande responsabilidade social justamente de promover o desenvolvimento social e econômico dando o apoio a todos os acadêmicos escolher a sua profissão, se formar e depois ter o seu mercado.

Por fim, sr. presidente, queria saudar também todos os funcionários do Hospital de Caridade que ontem estiveram aqui fazendo um justo movimento que sem dúvida nenhuma não se soma com os funcionários de todos os hospitais de Santa Catarina e do Brasil, aqueles que não são públicos porque aqui tem dificuldade para chegar.

Mas os hospitais privados, os hospitais filantrópicos recebem um valor tão insignificante pelos seus procedimentos que acabam tendo que pagar pouquinho a quem? Para médico, enfermeira, atendente. E a cozinheira, a faxineira ganham muito menos que R\$ 1.000,00 por mês para trabalhar o mês inteiro.

Então, é justo esse movimento que fizeram, e isso reflete a falta de investimentos que todos os hospitais recebem, inclusive, deputado Kennedy Nunes, hoje a coluna do jornalista Moacir Pereira trás duas notas: do Hospital de Caridade, dos funcionários que estão em greve; a outra diz que o Hospital de São José com R\$ 50 mil zerou uma fila de ortopedia e que o hospital de Camboriú com R\$ 52 mil zerou 528 cirurgias. Imaginem quanto pagou por uma cirurgia? R\$ 100,00 por cirurgia, sr.

presidente! Como é que dá para pagar bem a enfermeira e a atendente?!

Obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado Sandro Silva - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sandro Silva.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Gostaria de registrar a presença do nosso recordista de mandato em Joinville, o nosso ilustre vereador Roberto Bisoni.

É um prazer tê-lo aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Seja feito o registro da presença do vereador Roberto Bisoni. É um prazer tê-lo aqui nesta Casa de leis.

Com a palavra o próximo orador inscrito, nobre deputado Valmir Comin, morador da cidade de Criciúma e *expert* em energia, carvão, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, somos meros aprendizes, pois estamos sempre na expectativa dos grandes professores, dos grandes entendedores de vários assuntos e temas. Tem aqueles que simpatizamos um pouco mais, um pouco menos.

Pedi para usar a tribuna nesta manhã de quinta-feira para falar de um tema chamado região metropolitana, que nós inclusive aprovamos a constituição dessa lei, neste Parlamento. Adentrou nesta Casa o projeto de origem do governo do estado com relação a essa questão, e percebemos que o município de Governador Celso Ramos ficou de fora, ficou à margem da extensão das cidades próximas à região metropolitana.

Por isso, tomamos a liberdade, na condição de líder do Partido Progressista, de propor uma emenda que possa incluir o município de Governador Celso Ramos também nesse quesito, com a proposta

de emenda ao Projeto de Lei Complementar n. 0001/2004, que cria a Região Metropolitana da Grande Florianópolis, onde inclui o município de Celso Ramos ao conjunto das cidades consideradas conurbadas dessa região.

Pelo PLC. compõem a Região Metropolitana da Grande Florianópolis os municípios de Águas Mornas, de Antônio Carlos, de Biguaçu, de Florianópolis, de Palhoça, de Santo Amaro da Imperatriz, de São José e de São Pedro de Alcântara. Já o município de Governador Celso Ramos, pelo projeto governamental, integrar-se-ia à chamada área de expansão, ou seja, o que reúne os municípios próximos à região conurbada eventualmente poderiam beneficiar-se de medidas que forem implementadas no âmbito dessas cidades conurbadas. A identificação de Celso Ramos em todos os aspectos geográficos, inclusive com os demais municípios da Grande Florianópolis, faz com que seja imprescindível a sua inclusão no rol das cidades beneficiadas diretamente.

Sr. presidente, tenho acompanhado um pouco de perto esse tema e penso que é o momento dos agentes públicos, e incluo-me nessa questão, trabalharem dentro de uma visão macro, dentro de uma forma integrada. A Grande Florianópolis, como outras cidades, tem ao seu redor várias cidades onde os serviços prestados são de forma integrada, deputado Reno Caramori, v.exa. que é o presidente da comissão de Transportes, que é um tema pertinente a essa questão modal, intermodal, de mobilidade, sabe disso.

Quero, deputada Dirce Heiderscheidt, parabenizar a iniciativa do seu esposo, quando prefeito de Palhoça, com relação à questão do transporte marítimo. Mas essa visão precisa e necessita ser dentro de uma forma integrada com toda a região. A providência divina nos concedeu, pela sua bondade, pela sua benevolência, belezas e recursos naturais que poderiam, dessa ação integrada, promover conjuntamente a condição de proporcionar à sociedade um transporte de segurança mais efetivo, seguro, com preço e com qualidade.

Deixamos de evoluir, de avançar, perante os organismos nacionais, e até mesmo internacionalmente falando, por falta de um conceito de uma região, porque nada adianta somente alistar no papel. É preciso que as pessoas tenham consciência e façam essa quebra de paradigmas e passem a agir dentro de uma ação integrada em prol das grandes metrópoles.

Por isso vejo com muita expectativa esse projeto que adentrou nesta Casa. Sei que deverá sofrer certamente uma série de discussões, pois vamos abrir esse debate. Mas percebo claramente o quanto deixamos de avançar, quantos bilhões deixamos de trazer por não agirmos conjuntamente.

Já há o fato intrigante da questão do congestionamento, onde temos na Ponte Pedro Ivo Campos um fluxo maior do que na Ponte Rio Niterói. Nós tínhamos há quatro anos um milhão e quinhentos mil veículos, agora já estamos cruzando a marca dos quatro milhões e quinhentos mil. E o que está sendo feito dentro de uma ação conjunta integrada voltada ao aeroporto, voltada ao porto, voltada a BR-101, voltada às ferrovias, voltada às hidrovias? Basicamente nada, se olharmos para o cenário de uma visão de médio e de longo prazo.

Por isso é preciso uma reflexão sobre o que queremos, qual o propósito de se criar através dessa lei a região Metropolitana. Existem vários serviços que precisam melhorar, desde a telefonia, o saneamento, a integração das áreas urbanas. Há áreas extremamente conurbadas que precisam de um olhar com sensibilidade e com um propósito específico para que possamos entabular projetos que venham realmente proporcionar qualidade de vida, segurança às pessoas e segurança jurídica para os investidores que se deverão estabelecer aqui.

A Sra. Deputada Dirce Heiderscheidt - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

A Sra. Deputada Dirce Heiderscheidt - Deputado, gostaria de parabenizar também o governador Raimundo Colombo pela ação de estar, pela sensibilidade de estar mandando para este

Parlamento um projeto de lei tão importante para Santa Catarina.

Quero agradecer as suas referências com relação ao meu marido por ser um dos grandes batalhadores do transporte marítimo e dizer que somente após a criação e a implantação da região metropolitana seremos uma referência para o Brasil na questão turismo. Como querer que a capital do estado, Florianópolis, uma cidade belíssima, seja referência se estamos aí com essa problemática, esse caos na questão da mobilidade urbana.

Parabenizo-o pela sua fala. Precisamos de uma ação conjunta dos parlamentares desta Casa, de uma grande força tarefa, para que essa região metropolitana se concretize o mais rápido possível a fim de que possamos implementar ações como o transporte marítimo para nossa região.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Agradeço, deputada. V.Exa., que foi primeira-dama do município de Palhoça, com muita propriedade, junto com o Ronério, teve essa coragem, essa ousadia. Precisamos ampliar esse leque, e esse é um conceito que precisa ser estabelecido dentro de uma visão macro, integrada para que possamos prosperar cada vez mais.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado, v.exa. já foi presidente da comissão dos Transportes e conhece bem o assunto. Precisamos olhar a realidade. Não adianta estar no papel. No papel vimos muitas coisas. Já inauguraram o metro de superfície! Como parlamentar, lembramos. Foi tudo no papel. Nós queremos coisas concretas. O transporte marítimo é a coisa mais difundida e utilizada.

Estive a poucos dias no Canadá onde existe ônibus anfíbio, que vai pela terra, pela água. Há toda uma estrutura. É uma questão de cultura. Como v.exa. falou, é necessário tirar do papel e transformar em realidade. Existem recursos para isso, basta haver vontade política. E essa integração vai fazer a diferença.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Deputado Reno Caramori, tecnologia existe e está disponível no mundo todo, os caminhos, os meios. Agora, como v.exa. disse, quem faz a pasta é o titular, mas precisa de vontade política e ação. O poder público tem que capitanear esse processo. Ele precisa dar segurança jurídica, trazer os órgãos responsáveis. Trazer o Ibama, a Fatma, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, trazer quem quer que seja, pois o problema é nosso, de todos nós e não podemos virar as costas para isso.

Eu cito o exemplo do Gasbol, gás Bolívia Brasil, que em tempo recorde cortamos esse sul do Brasil, integrando a Bolívia e o Brasil, e hoje está aí uma realidade, por uma questão de emergência, estratégia nacional. Por que não fazemos dessa uma ação integrada, suprapartidária, pensando no bem comum?

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Esse é um assunto que me dá muita vontade de falar, quando se trata de região metropolitana.

Desde 2007, deputada Dirce Heiderscheidt, quando foi extinto na criação das secretarias regionais houve o entendimento, na época do governador Luiz Henrique, que as duas entidades iam fazer o mesmo papel. Mas na verdade não é. A secretaria Regional é uma coisa e a região metropolitana é outra.

A região metropolitana fala da conurbação dos municípios. Então, temos, aqui, uma região metropolitana, porque é conurbado Florianópolis com São José, com Biguaçu, com Palhoça. E uma região metropolitana só pode existir a partir de um milhão de habitantes dessa conurbação. Por isso, criamos, aqui, para não criar tantas regiões metropolitanas, criamos uma figura que não existe no Brasil, só existe em Santa Catarina, a extensão de uma região metropolitana.

Ouvindo os deputados Valmir Comin e Reno Caramori falando sobre essa questão do transporte marítimo, na verdade isso tem que sair,

literalmente, tem que sair do papel e ir para a água.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Deputado, sempre digo que muitas vezes temos que estabelecer um novo conceito. A quebra de paradigmas é muito complicada.

Muitas vezes as pessoas dizem que precisamos adequar a situação à legislação. Mas por que não fazermos o inverso? Adequarmos a legislação à realidade que estamos vivendo? Nós estamos num novo tempo, num novo momento. Os problemas estão aí, são cruciais, são pertinentes, agravando-se a cada dia mais, estressando as pessoas. Essa é a grande verdade. Nós deixamos de avançar justamente, às vezes, por causa de uma lei. Então, vamos mudar a legislação. Mas vamos adequá-la à realidade que vivemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, esse é um assunto importante, aliás, um dos assuntos mais importantes que foi discutido nesta Casa é justamente o problema da mobilidade urbana das rodovias estaduais, das rodovias federais.

Eu assisti na televisão, há poucos dias, uma reportagem da RBS mostrando o descaso com rodovias federais no norte, no nordeste, no centro-oeste. Nós no sul ainda temos um pouco de privilégio em alguns setores. Agora, temos o dilema, o drama dos caminhoneiros lá para cima com as carretas quebrando, transportando soja para o porto de Santos, que está abarrotado, sem condições de absorver toda a produção.

O motorista na reportagem disse: "Pois é, a presidente Dilma fica mandando dinheiro para o porto em Cuba. E o nosso porto de Santos com mais de 400 caminhões diariamente na fila, sem

protocolo, aguardando para fazer o documento para entrar no porto.”

Isso é um absurdo. O Brasil é muito grande. Nós não temos ferrovias. Nós temos muito pouco transporte marítimo. Então, pelo menos, precisamos ter estradas.

Aí, mais uma vez, vem a questão da BR-101. A grande polêmica do trecho Palhoça na divisa com o Rio Grande do Sul, nos trechos que ainda estão empacados, a exemplo de uma coisa tão simples que é o Morro dos Cavalos.

No dia 11 de dezembro, quando me reportei a respeito da situação do referido morro, em momento algum me referi ao índio. A minha observação é para quem tem a responsabilidade de bem atender ao povo indígena, que é a Funai, e não o faz. Ela que deveria ser a protetora dos mesmos, mas é exploradora deles. São usados como massa de manobra, enquanto isso morrem pessoas e retarda a economia, o transportador e o motorista ficam nervosos, porque ficam duas horas ou mais numa fila que vai de Palhoça até ultrapassar o limite do Morro dos Cavalos. E para tentar recuperar o tempo criam mais problemas, como excesso de velocidade, para poder cumprir horário.

Se tiver uma ambulância com uma parturiente para ganhar nenê, ela ganhará na pista, porque não tem como evacuar o trânsito que está trancado. E já está comprovado isso, não pelo deputado Reno Caramori, mas pela sociedade toda, pelos usuários da BR-101, desde a Argentina até nosso norte e nordeste, porque tem esse gargalo do Morro dos Cavalos. É uma vergonha. Tudo isso por um capricho de uma entidade que é do governo e que não quer entender, aliás, entendem, mas não querem dar anuência para que o DNIT execute a obra. A licitação foi aberta no dia 29 de janeiro, e não vimos ainda o resultado. Isso dentro dos prazos normais.

Hoje à tarde terei uma audiência com o dr. João José dos Santos, do DNIT, para ver em que situação se encontra. A polêmica continua, deu mais um acidente nesses dias e vai dar muito mais, porque chega lá em cima e afina. Agora, por que

essa teimosia parcial de alguém que em vez de colaborar com o Brasil prejudica-o, assim como a uma sociedade de uma etnia formada pelos nossos indígenas, inclusive os do Paraguai, que importaram para dizer que tem índio.

Então, temos que o olhar o progresso e o bem-estar da nossa gente, da nossa sociedade. Não tem polaco, alemão, italiano, preto, amarelo, todo mundo tem direito. É um ser vivo. É um ser humano. E tem o direito de viver na sociedade e com a sua responsabilidade para com os demais.

Por isso brigamos pelo direito do homem, do ser humano. Não interessa a raça, a profissão, o grau de cultura, mas é um ser vivo, humano e assim deve ser tratado. Se nos preocupamos tanto com os animais, não estamos nos preocupando muito com o ser humano. Mas que mundo é este?

Por isso, acho importante que este Parlamento tem que levantar essas polêmicas para que alguém se acorde em tempo, pois ao assistir os noticiários fico cada vez mais indignado com o desleixo, repito, de algumas rodovias federais, e estaduais também, sendo que estão atacando alguns trechos, reformando, tentando reabilitá-las dentro de um esquema que o governador Raimundo Colombo está implementando, que está meio devagar para quem conhece todo o estado, principalmente nosso meio-oeste e oeste, mais vai, pelo menos as obras estão andando.

Quero cumprimentá-lo pela grande tacada que deu em buscar a melhoria dessas nossas rodovias. Discordo em alguns setores, por exemplo, tirar uma curva que não havia necessidade no meu ver como transportador, motorista, pois irão gastar, mas fotografarei e farei um levantamento, através da comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, do custo daquele trecho. É um absurdo.

Se o sistema de Engenharia do Deinfra entendeu que seria a solução, tudo bem. Vou respeitar, mas tenho que mostrar, e preciso ver isso, direitinho.

Agora, melhorias, terceira pista, são importantíssimas. A melhoria nas curvas é importantíssima, mas melhorem o que está lá. Quando a estrada foi construída, já foi feito

aquele plano, e existem localidades que foi feito pelo mais barato e pelo mais prático. Agora, tem alguns trechos que questiono.

Eu falava ontem numa reunião com o presidente da Fecoagro, sr. Luiz Suzin, que é presidente da Coopervil, sobre os problemas do transporte, os problemas do custo operacional, da produção catarinense. E ele estava também contestando esse tipo de melhoria com um custo muito maior do que o benefício.

Então, essas coisas nós temos que olhar com carinho, para que nós não sejamos criticados pela sociedade que está lá vendo e vai dizer que gastaram muito para fazer um trechinho.

São quantas estradas que temos ainda, para serem asfaltadas? O que estão fazendo neste trecho dá para asfaltar o trecho da Macieira até Salto Velozo, que tem oito quilômetros de estrada nova, que pode integrar toda a nossa região. Vão gastar muito mais para cortar duas curvas.

Então, é complicado. Penso que é importante, que o povo catarinense seja esclarecido, tem que olhar, tem que estar informado. E este Parlamento tem a obrigação de informar, de buscar as informações para levar ao conhecimento da nossa gente, daqueles que lutam por este estado, por aqueles que lutam por este Brasil e que têm o direito de conhecer as coisas.

Por isso mais uma vez bato nessa tecla da mobilidade urbana, das rodovias federais e estaduais. É de suma importância, porque é o que transporta a riqueza neste Brasil.

Infelizmente só temos que culpar o pneu. Nós não temos trem. E a questão do trem eu já pedi para esta Casa que fosse feito um documento de meus pronunciamentos para registrar em cartório, que ainda bem que ficam nos anais desta Casa. Dei 20 anos para a rodovia do frango, apelidada na época pelo saudoso Wilson Kleinübing. Eu disse que se em 20 anos sair o projeto fico satisfeito.

Agora, já foram eleitos alguns deputados prometendo a Rodovia do Frango. E agora é a Norte/Sul. Agora, a Valec está apresentando um projeto que está sendo contestado, está sendo

estudado novamente. Então vamos dar mais 20 anos, deputado, para que mexam nas rodovias de Santa Catarina.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - A Rodovia do Frango pelo jeito está como aqueles frangos que ficam velhos e têm que ser cozidos na panela.

O Sr. Deputado Sandro Silva - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sandro Silva.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Eu gostaria de registrar a presença do vereador Maicon da Rosa, do PP, que foi assunto no dia de hoje no seu discurso, aqui na Assembleia Legislativa.

Seja bem-vindo, vereador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Fica registrada a presença do vereador PPS, sr. Maicon Cesar da Rosa que foi o autor do pedido de informação que descobriu que o prefeito de Joinville, deputado Reno Caramori, é sócio-acionista da Companhia Águas de Joinville. Ele coordena e vende as águas lá.

Seja bem-vindo, vereador.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queria fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.